



9 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 17 de outubro de 2024

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,54% São Paulo	130.352 131.749	R\$ 5,665 (+ 0,14%)	R\$ 1.412	R\$ 6,151	10,65%	10,83%	Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44
	11/10 14/10 15/10 16/10	Últimos					
		10/outubro 5,587					
		11/outubro 5,615					
		14/outubro 5,582					
		15/outubro 5,657					

MERCADO FINANCEIRO

Planos para baratear empréstimo no Brasil

Gov. e bancos buscam soluções para reduzir os juros cobrados das empresas e cidadãos nas operações de crédito

» VICTOR CORREIA

O governo federal e os maiores bancos privados anunciaram ontem um esforço conjunto para reduzir o custo do crédito no país. A discussão também vai envolver o setor produtivo e outros órgãos, como o Banco Central, dentro de um grupo de trabalho no âmbito do “Conselhão”. Antes do anúncio, banqueiros levaram a proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião no Palácio do Planalto, solicitada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A alta taxa de juros para a obtenção de crédito, seja por empresas, seja por pessoas físicas, preocupa o setor produtivo. Um custo maior dificulta a tomada de empréstimos para financiar novos empreendimentos, por exemplo, e prejudica o crescimento da economia. Não se trata apenas da taxa básica, a Selic, mas sim do conjunto de fatores que influencia o mercado de crédito, como os impostos incidentes sobre o sistema financeiro — e que os bancos querem diminuir, em diálogo com o governo.

Segundo o Indicador de Custo de Crédito (ICC) do Banco Central, em agosto, as empresas e famílias que tomaram crédito no sistema financeiro pagaram, em média, juros de 21,78% ao ano. A preocupação com o custo ganhou força após a autoridade monetária aumentar a Selic de 10,5% para 10,75% na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em meados de setembro.

Representaram os bancos o presidente da Febraban, Isaac Sidney, o presidente do conselho diretor da entidade, Luiz Carlos Trabuco, os CEOs do Itaú, Milton Maluhy, do Bradesco, Marcelo Noronha, e do Santander, Mário Leão, assim como o presidente do Conselho de Administração do BTG, André Esteves.

Os ministros Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e Fernando Haddad (Fazenda), que participaram da reunião ontem, afirmaram que vão convidar outros órgãos e empresários para o grupo de trabalho, que deve ser lançado na semana que vem. O prazo final para apresentar os resultados é fevereiro do ano que vem, mas a expectativa é que os primeiros anúncios ocorram já em dezembro, na próxima reunião do Conselho — chefiado por

Victor Correia/CB/D.A. Press



Padilha, Haddad e Sidney anunciaram grupo para estudar a redução do custo dos empréstimos. Governo quer que bancos baixem os juros, banqueiros querem pagar menos impostos



Existe uma narrativa que recai sobre nós, de que defendemos juros altos. Isso não procede. O que nós queremos é que a economia possa ser previsível, estável, com inflação baixa, controlada”

Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban)

Padilha e que conta com a participação da Febraban.

Mercado aquecido

Para Haddad, apesar do alto custo de financiamento, o mercado de crédito está em crescimento. “O mercado de crédito está subindo mais de 10% neste ano. Está em dois dígitos por não sei quantos meses consecutivos. O marco de garantias foi aprovado, o financiamento de veículos está subindo 18%, segundo os bancos informaram ao presidente”, afirmou Haddad. O ministro citou ainda a emissão de R\$ 84 bilhões em debêntures incentivadas, e disse ver cenário positivo para a redução do spread bancário no futuro — indicador que impacta nas taxas cobradas pelas instituições financeiras.

“A Febraban apontou vários caminhos, desde o equilíbrio da

Previdência, os efeitos de ter ou não perícia sobre a concessão de benefícios, e fez um pequeno balanço da reforma trabalhista e do diálogo permanente que eles têm mantido com os sindicatos”, disse ainda Haddad sobre a reunião. Padilha, por sua vez, comparou o novo grupo de trabalho com o que levou à criação do Programa Acredita, que fornece crédito e renegociação de dívidas para microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas, e foi sancionado por Lula na semana passada.

Juros

Os ministros não adiantaram quais medidas podem ser tomadas para reduzir o custo do crédito no país. Reduzir a taxa Selic é a opção mais óbvia, mas que não depende do governo,

apenas do Banco Central — cuja gestão atual, liderada por Roberto Campos Neto, mantém a independência e decisões técnicas. O próximo presidente do BC, Gabriel Galpólo, indicado por Lula e já aprovado pelo Senado, também sinaliza manter a independência, apesar da proximidade com o governo petista. Porém, Galpólo destacou, durante sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que a redução do custo de crédito é uma de suas prioridades. Os bancos, por sua vez, pedem a redução da chamada “cunha fiscal”, os impostos que incidem sobre a concessão de créditos.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, defendeu que há uma ideia falsa de que os bancos querem manter as taxas de juros em alto patamar. Afinal,

as instituições aumentam sua margem de lucro ao cobrarem taxas maiores. Ele disse ter esclarecido a posição da entidade a Lula.

“Quero também deixar uma mensagem de dissesmos ao presidente Lula: aos bancos não interessa termos taxas de juros elevadas. Quanto mais altos forem os juros bancários, maior o risco de crédito, maior a inadimplência”, explicou. “Existe uma narrativa que recai sobre nós, de que defendemos juros altos. Isso não procede. O que nós queremos é que a economia possa ser previsível, estável, com inflação baixa, controlada”, acrescentou ainda. Sidney disse ainda esperar que o Banco Central retome assim que possível o ciclo de corte de juros, mas disse entender as razões técnicas que embasaram o aumento.

Meta de combate à fome ainda está distante

» MAYARA SOUTO

No Dia Mundial da Alimentação, celebrado ontem em cerca de 150 países, o governo lançou ações para promover uma alimentação saudável e acessível. O Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato” (Planaab) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) são iniciativas para ampliar o programa do governo

de combate à fome.

Prestes a lançar, no âmbito do G20, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, o Brasil quer fazer o dever de casa. “A gente pode dizer que existe seca, excesso de chuva, mas, a verdade, é que a única explicação para a existência da fome é a irresponsabilidade de quem governa. Temos que fazer escolhas. Não existe alternativa para alguém que queira governar num país

do tamanho do Brasil, senão, ter preferência na hora de utilizar o dinheiro”, defendeu o presidente ao lançar o programa.

Lula sinalizou que a fome é “um desafio para o mundo” já que a produção de alimentos é suficiente para todas as pessoas do planeta e há também desperdício em empresas e restaurantes. “Ainda assim, ficamos estarecidos com o número de 733 milhões de seres humanos que vão dormir, todas

as noites, sem ter o que comer. É inexplicável”, lamentou.

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, lembrou que, ao assumir o governo, em 2023, o país tinha 33,1 milhões de pessoas passando fome. No ano passado, 24,4 milhões saíram dessa situação. Ainda assim, o país ficou com 2,8% da população em situação de insegurança alimentar no ano passado e, neste ano,

precisa permanecer abaixo de 2,2% para alcançar a média estabelecida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, no inglês), que elabora o Mapa da Fome.

Para deixar o ranking negativo, o país precisa apresentar, por três anos consecutivos, média menor que 2,5% de pessoas em situação de fome.

O Alimento no prato faz parte da Política Nacional de

Abastecimento Alimentar e possui seis eixos de atuação com 92 ações estratégicas, que incluem a distribuição e comercialização de alimentos, a promoção de preço justo, o abastecimento, a tecnologia e o acesso à comida.

Já no segundo plano, serão destinados R\$ 9 bilhões para 197 iniciativas de agroecologia, que fazem parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.